
**1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,
EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA
CAMARGO CORRÊA S.A.**

ENTRE

CAMARGO CORRÊA S.A.,
na qualidade de emissora

E

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,
na qualidade de agente fiduciário

17 DE DEZEMBRO DE 2009

1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

CAMARGO CORRÊA S.A., sociedade por ações com sede na Rua Funchal, n.º 160, Vila Olímpia, São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.098.905/0001-09, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora” ou “CCSA”);

e, de outro lado

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.227.994/0001-50, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente emissão (os “Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”),

CONSIDERANDO QUE, a Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 12 de novembro de 2009, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o n.º 443.691/09-5 em 23 de novembro de 2009, deliberou sobre a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, para distribuição pública (“AGE”), nos termos da Instrução CVM 476;

CONSIDERANDO QUE, em 17 de novembro de 2009, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram o “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camargo Corrêa S.A.” (“Escritura”), devidamente registrado na JUCESP em 15 de dezembro de 2009, sob o nº ED000473-0/000; e

CONSIDERANDO QUE, conforme previsto na Escritura e, após realização do procedimento de *bookbuilding*, foi ratificada a remuneração das Debêntures, cujos termos e condições estão refletidos no presente Aditamento (conforme abaixo definido),

as Partes vêm, por este “1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos, da Camargo Corrêa S.A.” (“Aditamento”) aditar a Escritura, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em letra maiúscula, não expressamente definidos neste Aditamento, terão os significados atribuídos a esses termos na Escritura.

2. Alterar o *caput* da Cláusula II da Escritura de modo a contemplar que a Emissão foi realizada em duas séries, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

“A 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública pela Emissora, para distribuição nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”) (“Emissão” ou “Oferta”), será realizada com observância dos seguintes requisitos:”

3. Alterar a cláusula 2.2 da Escritura de modo a contemplar o registro da AGE que deliberou a Emissão na JUCESP, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

“2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o nº 443.691/09-5 e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e (ii) no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, nos termos do artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”), em 17 de dezembro de 2009.”

4. Alterar a cláusula 2.4.1 da Escritura, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

“2.4.1 As Debêntures (conforme abaixo definido) foram registradas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto no item 2.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures (conforme abaixo definido) custodiadas na CETIP.”

5. Alterar a cláusula 3.3 da Escritura, de modo a contemplar o valor total da emissão, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

“3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).”

6. Alterar a cláusula 3.4.1 da Escritura, de modo a contemplar que a Emissão será realizada em duas séries, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

“3.4.1 A Emissão será realizada em duas séries, sendo que as Debêntures da segunda série (“Debêntures da Segunda Série”) não poderão ser colocadas sem que antes tenham sido totalmente colocadas as Debêntures da primeira série (“Debêntures da Primeira Série” e, em conjunto com as Debêntures da Segunda Série, “Debêntures”) ou cancelado o saldo não colocado.”

7. Alterar a cláusula 3.5.3 da Escritura, de modo a contemplar a observância do prazo disposto no artigo 9ª da Instrução CVM 476, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

“3.5.3 A Emissora não poderá: (i) negociar as Debêntures da Segunda Série sem que antes as Debêntures da Primeira Série tenham sido totalmente colocadas ou tenha sido cancelado o saldo não colocado, e (ii) realizar uma nova emissão de debêntures antes que a totalidade das Debêntures seja colocada ou seja cancelado o saldo das Debêntures não colocado, observado ainda o prazo disposto no caput, do artigo 9º, da Instrução CVM 476, caso a nova emissão seja realizada com base na referida instrução.”

8. Excluir a cláusula 3.5.4.5 da Escritura, tendo em vista que a informação desta cláusula já consta da cláusula 3.5.4.1, de modo que a cláusula 3.5.4.6 passa a ser renumerada como cláusula 3.5.4.5, passando a Escritura a vigorar com a seguinte redação:

“3.5.4.5 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures; serão atendidos os clientes Investidores Qualificados dos Coordenadores que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação dos Coordenadores com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes dos Coordenadores, desde que tais investidores sejam considerados qualificados, conforme Instrução CVM 476, e atestem seus conhecimentos e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures.”

9. Alterar a cláusula 3.6 da Escritura, de modo a retificar o valor em aberto de outras emissões da Companhia, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

“3.6. Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que o valor da Emissão é inferior ao capital social da Emissora, que na data de assinatura desta Escritura é de R\$3.499.561.826,00 (três bilhões, quatrocentos e noventa e nove milhões, quinhentos e sessenta e um mil, oitocentos e vinte e seis reais) e o valor total da Emissão, acrescido do montante correspondente às outras emissões é de R\$2.963.000.000,00 (dois bilhões, novecentos e sessenta e três milhões de reais).”

10. Alterar a cláusula 3.7 da Escritura, de modo a excluir a cláusula 3.7.1, passando a cláusula 3.7 a vigorar com a seguinte redação:

“3.7. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário e instituição depositária da Emissão será o Banco Bradesco S.A. (“Banco Mandatário” e “Instituição Depositária”).”

11. Alterar a cláusula 3.8 da Escritura, de modo a contemplar a exata destinação dos recursos captados com a Emissão, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

“3.8. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados à amortização antecipada das debêntures da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Dezoito Séries, para Distribuição Pública, da Camargo Corrêa S.A. de 10 de junho de 2009, e também ao seu capital de giro.”

12. Alterar a cláusula 4.1.6 da Escritura, de modo a contemplar a exata quantidade de Debêntures a serem emitidas, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

“4.1.6 Quantidade de Debêntures Emitidas: *Serão emitidas 950 (novecentas e cinquenta) Debêntures, acrescidas de 50 (cinquenta) Debêntures Adicionais (conforme abaixo definido), perfazendo o total de 1.000 (mil) Debêntures, divididas em duas séries, sendo que o número de Debêntures a serem emitidas em*

cada série foi definido em Procedimento de Bookbuilding, conforme abaixo definido, sendo 950 (novecentas e cinquenta) Debêntures colocadas sob o regime de garantia firme de distribuição e 50 (cinquenta) Debêntures colocadas sob o regime de melhores esforços de distribuição (“Debêntures Adicionais”). O montante final das Debêntures a serem alocadas em cada uma das séries foi definido de acordo com a demanda de mercado apurada no procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido pelos Coordenadores em 09 de dezembro de 2009 (“Procedimento de Bookbuilding”), sendo 300 (trezentas) Debêntures alocadas para a primeira série e 700 (setecentas) Debêntures alocadas para a segunda série.”

- 13.** Alterar os subitens 4.2.1, 4.2.1.1, 4.2.1.2, 4.2.1.4, 4.2.1.6 e 4.2.1.7 da Escritura, os quais passam a vigorar com as seguintes redações:

“4.2. Remuneração

4.2.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração (“Remuneração”) que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário calculados, para ambas as séries, pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento. As Debêntures renderão juros correspondentes a um percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP em sua página de internet (“www.cetip.com.br”). A Remuneração das Debêntures foi definida em Procedimento de Bookbuilding, sendo de (i) 110,00% (cento e dez por cento) da Taxa DI para as Debêntures da Primeira Série; e (ii) 114,00% (cento e quatorze por cento) da Taxa DI para as Debêntures da Segunda Série. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (conforme abaixo definido), conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo ou, se for o caso, até a data do Resgate Antecipado (conforme abaixo definido).

4.2.1.1 O cálculo dos juros obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor da Remuneração devido no final do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe - Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI = produtório das Taxas DI Over com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{nDI} \left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$$

Onde:

k número de ordem de TDI_k, variando de 1 (um) até nDI.

nDI = número total de Taxas DI Over, sendo "nDI " um número inteiro;

S = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a (i) 110,00 (cento e dez) para as Debêntures da Primeira Série, e (ii) 114,00 (cento e quatorze) para as Debêntures da Segunda Série;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

DI_k = Taxa DI de ordem k, calculada e divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil, com 2 (duas) decimais.

4.2.1.2 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Observações:

- (a) *O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.*

- $$\left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$$
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (c) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

“Período de Capitalização”: significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.1.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada na apuração de "TDIk" a última Taxa DI disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

4.2.1.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula X abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A AGD (conforme abaixo definido) será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI-Over o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, e para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, a fórmula estabelecida no item 4.2.1.1 acima e para a apuração de "TDIk" será utilizada e a última Taxa DI divulgada oficialmente não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.2.1.5 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais

realizada, e a Taxa DI, a partir de data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.1.6 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do seu valor nominal, nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão das Debêntures em questão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI-Over será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.2.1.1 acima e para a apuração de "TDIk" será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou*
- (b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 10.2.2 abaixo, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.4a seguir, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada a Taxa Substitutiva. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.*

4.2.1.7 Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração."

14. Alterar a cláusula 4.4 da Escritura, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

“4.4. Pagamento da Remuneração

O pagamento da Remuneração, para ambas as séries, será realizado semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 1º dos meses de junho e dezembro, sendo o primeiro pagamento devido em 1º de junho de 2010 e o último na data de vencimento da respectiva série.”

15. Alterar a cláusula 4.6 da Escritura, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

“4.6. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, previstas e decorrentes desta Escritura, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.”

16. Alterar a cláusula 4.9 da Escritura, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

“4.9. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido, da respectiva Remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculado pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição (“Preço de Subscrição”). A integralização das Debêntures será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, observando que as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data.”

17. Alterar a cláusula 4.12 da Escritura, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

“4.12. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, quando as Debêntures estiverem custodiadas no SND, será expedido pela CETIP extrato em nome do Debenturista, que será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.”

18. Alterar a cláusula 6.2 e 6.3 da Escritura, passando as referidas cláusulas a vigorarem com as seguintes redações:

“6.2 Conforme cláusula 6.1 acima, a partir de 1º de junho de 2011, Emissora pagará um prêmio de Resgate Antecipado (i) para as Debêntures da Primeira Série: de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data de Resgate, pro rata temporis ao prazo remanescente até o vencimento; e (ii) para as Debêntures da Segunda Série: de 0,80% (oitenta centésimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data de Resgate, pro rata temporis ao prazo remanescente até o vencimento (“Prêmios de Resgate Antecipado”).

O Prêmio de Resgate Antecipado a que farão jus os Debenturistas da(s) série(s) objeto do Resgate Antecipado será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D * PR * (VNe + J)$$

onde:

P = prêmio de resgate antecipado, em Reais, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado e a Data de Vencimento da respectiva série;

D = quantidade de dias úteis entre 1º de junho de 2011 e a Data de Vencimento da respectiva série;

PR = 0,005 para as Debêntures da Primeira Série e 0,008 para as Debêntures da Segunda Série;

VNe - Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

J - Valor da Remuneração devida na Data de Resgate, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado serão devidos aos respectivos Debenturistas, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado.

A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6.3 Em caso de resgate antecipado parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Neste caso, o resgate antecipado parcial deverá ser realizado, para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas, tanto do processo de Resgate Antecipado parcial, quanto total, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade."

19. Todos os demais termos e condições da Escritura, não alterados expressamente por este Aditamento, são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

20. O presente Aditamento será registrado na JUCESP, onde foi registrada a Escritura, de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

21. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 17 de dezembro de 2009

CAMARGO CORRÊA S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.**

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo: